



03 DE JUNHO DE 2011

Sexta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **DECISÃO DO STF NÃO AFETA MERCADO LOCAL**
- **REUNIÃO SOBRE FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO TERMINA SEM SUCESSO**
- **86% ENTREGAM DECLARAÇÃO NO PARANÁ**
- **GREVE NA VOLKS COMPLETA UM MÊS HOJE**
- **OPOSIÇÃO VAI AO STF CONTRA CRIAÇÃO DE ESTATAL DO TREM-BALA**
- **ARGENTINA E BRASIL FIRMAM ACORDO VERBAL**
- **PETROBRAS DESCARTA NECESSIDADE DE IMPORTAR MAIS GASOLINA**
- **PARA VOLKS, RESULTADO IDEAL NÃO É MAIS POSSÍVEL**
- **PARANÁ CRIA AGÊNCIA PARA AMPLIAR PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR**
- **GABRIELLI CRITICA PREÇO DO AÇO EM CONGRESSO DO SETOR**
- **MERCADO VÊ SELIC A 12,25% EM JUNHO, MAS DIVERGE SOBRE CICLO**
- **JUSTIÇA ACEITA ENCONTRO DE CONTAS COM PRECATÓRIOS**
- **PIMENTEL DISCUTE COM INDUSTRIAIS PROPOSTAS PARA A NOVA POLÍTICA DE COMPETITIVIDADE**
- **GOVERNO NÃO AFROUXA CONTROLE DE PEÇAS IMPORTADAS**
- **IR - FONTE - VENCE HOJE, 3/6, O IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE MAIO**
- **LEGISLAÇÃO COMERCIAL - COMISSÃO APROVA NOVA FORMA DE CONSTITUIÇÃO PARA EMPRESA INDIVIDUAL**
- **DIREITO DO TRABALHO - SUPRESSÃO DE HORAS EXTRAS: TST APLICA NOVA**

REDAÇÃO DA SÚMULA 291

- **TRIBUNAL - TURMAS COMEÇAM A UTILIZAR NOVA JURISPRUDÊNCIA APROVADA PELO TST**
- **CPF - RECEITA FEDERAL DEIXA DE EMITIR CARTÃO CPF EM FORMATO PLÁSTICO**
- **PODER JUDICIÁRIO - PERCEPÇÃO: RICOS CONSIDERAM A JUSTIÇA MAIS RÁPIDA, INDICA PESQUISA**

Câmbio Em 03/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,577	1,579
Euro	2,293	2,296

Fonte: BACEN

Decisão do STF não afeta mercado local

03/06/2011- Gazeta do Povo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucionais duas leis paranaenses que concediam benefícios fiscais não deve ter resultado direto no mercado estadual, disseram ontem empresários dos setores ligados à legislação derrubada. Já o governo estadual comemorou a ofensiva do STF contra a guerra fiscal – o Paraná venceu quatro ações em que contestava benefícios concedidos em outros estados.

A Lei paranaense 15.182/06, derrubada pelo Supremo, previa crédito presumido de ICMS aos estabelecimentos abatedores de aves e frigoríficos que realizassem ou que tivessem encomendado o abate de gado bovino, bufalino ou suíno, equivalente à aplicação de 7% sobre o valor de saída dos produtos resultantes do abate. Para o diretor do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Paraná (Sindicarne), Péricles Salazar, a decisão do STF não muda a rotina de atividades do setor. “O que regula as atividades fiscais do setor é o Decreto-Lei 882/2007. Quando a Lei 15.182/06 foi criada, havia uma divergência de interpretações entre o Legislativo e o Executivo, mas na prática, o que regulava era o primeiro”, afirma.

Já a Lei Estadual 13.561/02 concedia isenção de ICMS a policiais ativos e inativos para a compra de carros populares zero-quilômetro de fabricação nacional, a título de auxílio-transporte. O diretor regional da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve-PR) e diretor-superintendente da concessionária Ford Slaviero, Luís Antônio Sebben, diz que a lei nem chegou a ser utilizada e o órgão nunca foi procurado para a discussão. “Já ouvi falar bastante sobre isenções, mas nunca soube dessa lei”, diz. “Não tenho conhecimento de nenhuma concessionária ou revenda que tenha vendido um carro com essa isenção. Provavelmente ela não foi divulgada aos consumidores”, afirma.

Repercussão

O secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, afirmou nesta quinta-feira à Agência Estadual de Notícias, órgão oficial do governo, que o julgamento do STF não afeta a política de atração de empresas em vigor no Paraná. “As decisões não têm qualquer efeito sobre o programa Paraná Competitivo, porque se trata de programa interno, baseado em lei estadual, que não abre mão de receita, apenas a posterga”, explicou Hauly.

O secretário afirmou que a posição do governo estadual é favorável à redução para zero das alíquotas de ICMS nas operações interestaduais. “Mas os 4% propostos pelo Ministério da Fazenda são aceitáveis”, disse. O Paraná também pediu o fim da redução nas alíquotas de importação e que seja acelerada a diminuição interna das alíquotas de toda a cadeia alimentar.

Reunião sobre fim do fator previdenciário termina sem sucesso

03/06/2011- Gazeta do Povo

Brasília - Acabou sem consenso ontem a reunião entre representantes do governo e centrais sindicais a respeito da substituição do fator previdenciário. "O consenso já esteve mais perto. Agora está mais longe", resumiu o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. A falta de um desfecho se deu, segundo os participantes, tanto por falta de uma proposta clara por parte do governo quanto em função de avaliações díspares por parte das centrais sindicais. "Admitamos que o governo não estava preparado para uma decisão final sobre o assunto", disse Garibaldi. Ele acrescentou que é preciso paciência das duas partes para tratar do assunto.

Para as centrais, ainda não está claro se o governo defende a proposta de se criar a idade mínima para a aposentadoria ou se fica valendo a soma dos anos de contribuição mais a idade do beneficiário – que seria de 85 para as mulheres e 95 para os homens. Garibaldi avaliou que o único final feliz para o trabalhador é a extinção do fator. "O que está certo é que ele deveria estar enterrado há muito tempo. Mas o que se discute é como enterrá-lo", disse.

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, disse que a central defende a proposta 85/95. "Saímos daqui frustrados, pois quanto mais tempo demora para se definir essa coisa, pior vai ficando para o trabalhador", argumentou. Segundo ele, Garibaldi se comprometeu a realizar uma reunião com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, além da Secretaria-Geral da Presidência da República, para trazer uma proposta clara e definitiva para as centrais. Isso deve ocorrer, conforme Artur Henrique, em uma ou duas semanas.

86% entregam declaração no Paraná

03/06/2011- Gazeta do Povo

O Paraná ficou atrás apenas de Santa Catarina no ranking de empreendedores individuais que entregaram a Declaração Anual do Simples Nacional (Dasn-Simei), sistema de tributação de micro e pequenas empresas, segundo a assessoria de imprensa do Sebrae-PR. Dos 42.027 empreendedores individuais, formalizados desde setembro de 2009 e que precisavam declarar seus rendimentos referentes ao ano fiscal de 2010, 36.199 entregaram o formulário, o que corresponde a 86,13% do total. O prazo para os empreendedores prestarem contas com o Fisco acabou em 31 de maio. Segundo o Sebrae, quem deixou de entregar a declaração no prazo pode ficar com o CNPJ irregular, o que também compromete o CPF do empreendedor, que fica sem acesso a linhas de crédito em bancos e não podem vender para o poder público.

Greve na Volks completa um mês hoje

03/06/2011- Gazeta do Povo

Completa hoje um mês a greve na unidade da Volkswagen no Paraná, que já é a mais longa da história entre as montadoras do estado. A paralisação, motivada por

reajuste na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), tem preocupado as concessionárias da rede pela possível falta de veículos. Cerca de 800 carros deixam de ser produzidos por dia, no total de cerca de 17 mil veículos até agora. Economistas afirmam que a greve pode comprometer os resultados da Volks no período e acarretar perda de mercado para a concorrência. O impasse foi encaminhado à Justiça do Trabalho, mas o processo sobre a PLR só deve entrar na pauta de julgamentos no dia 20. Para a greve acabar antes disso, só se Volks e sindicato chegarem, finalmente, a um acordo. Os trabalhadores querem R\$ 6 mil de participação nos lucros, mas a montadora oferece R\$ 4,6 mil.

Oposição vai ao STF contra criação de estatal do trem-bala

03/06/2011- Gazeta do Povo

O PSDB e o DEM ingressaram ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal, questionando a validade da lei – aprovada em abril pelo Congresso – que criou a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) para supervisionar as obras do trem-bala que ligará Campinas, São Paulo e Rio. A iniciativa também autorizou a contratação de um empréstimo de até R\$ 20 bilhões junto ao BNDES. Na Adin, os partidos alegam que a proposta desrespeita a Constituição Federal e traz riscos fiscais aos cofres públicos.

Argentina e Brasil firmam acordo verbal

03/06/2011- Gazeta do Povo

Os governos do Brasil e da Argentina firmaram acordo para tentar agilizar a liberação das importações paradas nas fronteiras dos dois países. No entanto, eles não assinaram nenhuma garantia para o cumprimento efetivo do acordo. A negociação foi anunciada pelo ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, após reunião com a ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi.

O governo brasileiro prometeu acelerar a análise dos automóveis que são importados da Argentina. Em contrapartida, o país vizinho se comprometeu a respeitar o prazo de 60 dias estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para a liberação dos produtos brasileiros.

“Concordamos em agilizar as licenças de um e outro país. No caso da Argentina, uma lista de produtos mais ampla; no Brasil, basicamente automóveis. As licenças vão ser agilizadas, cada uma dentro do seu tramite. Respeitando as exigências de cada país”, afirmou Pimentel.

Obstáculos

Débora Giorgi isentou seu ministério do cumprimento dos 60 dias. Segundo a ministra argentina, a liberação dos produtos depende também de questões sanitárias e de outras áreas técnicas. “Vamos fazer tudo que é possível, em nossas áreas, no âmbito do ministério. Mas existem outros organismos que não dependem diretamente do ministério, que precisam de regulação sanitária ou de áreas técnicas”, declarou ela.

Hoje, cerca de 600 produtos brasileiros esperam até 60 dias para entrar na Argentina, enquanto o Brasil impôs a licença não automática a 48 produtos importados.

Descrença

Fernando Pimentel, homônimo do ministro, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), não acredita que a Argentina irá cumprir o acordo feito com o Brasil. "Mesmo que tenha um surto liberatório inicial, o padrão argentino é voltar tudo como era antes. Vamos aguardar para ver se realmente haverá um respeito ao prazo regulamentar", disse. O setor têxtil é um dos maiores prejudicados pelas medidas argentinas. Segundo o diretor da Abit, na semana passada o segmento tinha US\$ 10,6 milhões em produtos aguardando a liberação para entrada na Argentina. Isso equivale a 154 licenças de importação. "Dessas, 104 tinham prazo superior a 60 dias, algumas chegando até a 300 dias", disse o diretor da Abit.

Na reunião de ontem, os dois ministros também negaram que os dois países estejam em uma suposta "guerra comercial". "Nunca houve uma crise ou uma ruptura na relação comercial e política entre Brasil e Argentina. O Brasil e a Argentina têm uma corrente de comércio muito volumosa, já chegou a US\$15 bilhões", declarou o ministro brasileiro.

Petrobras descarta necessidade de importar mais gasolina

03/06/2011- Gazeta do Povo

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, afirmou nesta quinta-feira (02) que a companhia não deverá realizar novas importações de gasolina neste ano. Com o início da safra de cana-de-açúcar e conseqüente queda do preço do etanol, a demanda interna por gasolina desacelerou nas últimas semanas. "Esperamos não ter pressão muito grande de demanda nos próximos meses", afirmou o executivo, ao participar do 22º Congresso Brasileiro do Aço, em São Paulo.

A produção das refinarias da Petrobras, segundo Gabrielli, está praticamente em plena operação, com taxa de utilização acima de 90%. Com restrição na capacidade de produção, a estatal foi obrigada a intensificar as importações de gasolina, principalmente entre março e maio. Essa restrição de capacidade instalada também foi apontada pelo executivo para o aumento das exportações de petróleo da companhia.

Questionado se, diante do cenário atual, uma eventual revisão no preço da gasolina estaria descartada, Gabrielli destacou que "tudo depende do preço do petróleo". Qualquer mudança, indicou Gabrielli, ocorrerá somente após o petróleo encontrar "estabilização em determinado preço". Esse patamar não foi revelado pelo executivo.

Devido à política da Petrobras de não mexer no preço da gasolina a despeito da oscilação no mercado internacional, a previsão de captação de recursos para viabilizar o plano de negócios 2010-2014 permanece igual. Desde o ano passado, a companhia destaca a necessidade de levantar US\$ 38 bilhões. O plano de negócios para 2011-2015 ainda está em análise interna da estatal.

Para Volks, resultado ideal não é mais possível

03/06/2011- O Estado do Paraná

Embora a diferença do valor reivindicado para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2011 dos trabalhadores da Volkswagen em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), represente menos de 1% (R\$ 4,34 milhões) dos prejuízos gerados pela greve na montadora, que já deixou de arrecadar R\$ 608,4 milhões, o fim do impasse continua incerto. A greve completa 30 dias nesta sexta-feira (3).

Matematicamente, a empresa reconhece essa disparidade, porém, deixa clara a intenção de fazer desse conflito um divisor de águas nas negociações trabalhistas daqui para frente.

"A questão não está no nível de compensar ou não. Precisamos restabelecer a lógica do processo de negociação dentro de parâmetros de razoabilidade que levem em consideração a estabilidade do processo produtivo, avanços para os trabalhadores e a competitividade da empresa", aponta o diretor de relações trabalhistas da Volkswagen do Brasil, Nilton Júnior. "A greve é uma ação extremada que deveria ser o último recurso nessa relação entre as partes e, não o primeiro, como vem sendo", avalia.

Segundo ele, sem contar com a greve atual, que completará um mês nesta sexta-feira, a interrupção da produção como recurso de negociação já paralisou 39 dias em cinco anos. "Nas unidades de São Paulo, oficialmente, não registramos um dia de greve no mesmo período. Essa instabilidade precisa acabar".

Pelos dados da direção da Volkswagen, a unidade de São José dos Pinhais foi a que apresentou o maior percentual de reajuste salarial dos últimos cinco anos: 40% de aumento, contra 33% de outras unidades. Quanto a PLR, ele aponta para uma evolução de 128% no total pago para a unidade de São José dos Pinhais, embora admita que a PLR de 2010 ficou em R\$ 9 mil para os trabalhadores do Paraná, e R\$ 10 mil para os funcionários do ABC paulista. "A inflação do mesmo período foi de 22% e o reajuste no preço final dos veículos produzidos pela Volkswagen ficou em 15%", pondera.

Contudo, o diretor de relações trabalhistas diz não possuir a evolução do faturamento da Volkswagen ao longo desse período, que contou com o superaquecimento do mercado interno, com consequência direta nas vendas recordes de carros no país.

Quanto ao fim da greve e em que moldes, o diretor diz que é impossível prever. "A negociação se desenvolve em mesa. Resultado ideal não é mais possível. Todos os envolvidos já tiveram prejuízos, os trabalhadores já foram descontados e a empresa também registra perdas", explica. Pelo acompanhamento do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, em 29 dias de paralisação, 17.010 carros deixaram de ser produzidos, o equivalente a R\$ 680,4 milhões que deixaram de ser arrecadados.

Flexibilização da jornada de trabalho

Um dos pontos que fez os grevistas recusarem a nova proposta da Volks, no início da semana, foi o aumento na jornada de trabalho para mais sete sábados em 2011 e outros dez em 2012. O argumento do SMC é que a unidade de São José dos Pinhais opera no limite da capacidade e possui muitos casos de afastamento médico. Entretanto, o diretor de relações trabalhistas afirma que isso não é condizente com a realidade da empresa. "Seguimos padrões de segurança e de ergonomia. Nenhum índice de afastamento médico é aceitável, mas não concordamos que a montadora esteja com algum problema nesse sentido", avalia Nilton Júnior.

Quanto a ampliação da jornada, ele explica que faz parte do processo de planejamento da empresa. "Precisamos acordar isso, para o nosso planejamento de volume adicional de produção. A empresa precisa poder contar com seus funcionários para gerar esse volume complementar", defende.

De acordo com o diretor, os dias a mais tem uma situação diferenciada de pagamento e há compensações nos feriados por conta dos sábados extras.

Paraná cria agência para ampliar participação no comércio exterior

03/06/2011- O Estado do Paraná

Com a presença de representantes de mais de 50 entidades – entre federações, associações, empresas, consulados, universidade, câmaras de comércio e outros setores ligados ao comércio exterior –, foi fundada nesta quinta-feira (2) a Agência de Internacionalização do Paraná. O órgão vai trabalhar para ampliar a participação do Estado no mercado internacional.

"A agência vai promover a sinergia e a articulação entre todos aqueles que atuam nos setores de relações internacionais e comércio exterior. Tenho certeza de que o órgão vai prestar grandes serviços à economia paranaense", disse o secretário da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, que coordenou o processo de criação do órgão.

O secretário explicou que a agência é formada por sócios mantenedores e participantes e que, em breve, será convocada a primeira reunião do Conselho de Administração, quando será indicada a diretoria executiva.

"Cada sócio definirá de que forma pode contribuir com a entidade. Essa contribuição pode ser financeira, por meio da cessão de funcionários ou de espaço físico. Importante é que sentimos em todo esse processo da criação da agência a união do setor para o desenvolvimento das relações internacionais do Paraná", reiterou.

Os representantes das entidades sugeriram linhas de atuação para a agência e foram unânimes em elogiar a iniciativa do governo de criar o órgão e a velocidade com que a iniciativa saiu do papel. As primeiras reuniões foram feitas em janeiro deste ano.

Roberto Coliva, da Câmara de Comércio Paraná Itália, afirmou que a velocidade na criação do órgão reflete o interesse dos setores público e privado no crescimento das relações internacionais do Paraná. "Teremos um importante canal de divulgação e para estabelecer rede de contatos no exterior", disse.

Odone Martins, da Associação Comercial do Paraná, classificou o momento como histórico para o Paraná ao afirmar que a agência interrompe um período de ausência de políticas públicas voltadas ao mercado internacional. "Estamos agregando forças distintas para fortalecer o comércio exterior do Estado", destacou.

O representante da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão do Paraná, Yoshiaki Oshiro, previu que a agência vai possibilitar a abertura de diversos mercados para o Paraná, ao criar um processo de intercâmbio de informações. "Essa cooperação vai otimizar os trabalhos e diminuir gastos", afirmou.

A importância da Agência para facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas aos mercados estrangeiros foi destacada pelo coordenador de negócios internacionais da FAE Centro Universitário, Joaquim Brasileiro. "É um momento oportuno para o Paraná e para o Brasil. Temos que trabalhar na inclusão delas nesse setor", disse.

O auxílio em relação à legislação também deve ser um dos focos da Agência de Internacionalização do Paraná. O empresário Zulfiro Bosio, que há 40 anos trabalha com comércio exterior, disse que essa orientação pode acelerar processos e evitar perdas.

O representante da Câmara Portuguesa no Paraná, José Brandão Coelho, colocou à disposição a estrutura e a rede de contatos da Câmara para auxiliar no início dos trabalhos da agência. "Temos uma extensa lista de contatos em Portugal", afirmou.

A criação da Agência faz parte do programa Paraná Competitivo, que tem o objetivo de tornar o Estado mais atraente para investimentos nacionais e internacionais. O programa possui ainda vertentes nas áreas fiscal, de infraestrutura, qualificação de mão de obra e desburocratização.

Gabrielli critica preço do aço em congresso do setor

03/06/2011- Valor Econômico

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, reforçou um conflito antigo com as siderúrgicas brasileiras, em palestra ontem no Congresso Brasileiro do Aço, ao criticar o valor cobrado pelo produto no Brasil. "Nem o preço do petróleo nem a taxa de câmbio explicam essa diferença entre o preço internacional e o preço brasileiro", disse.

Gabrielli fez o que ele mesmo chamou de "provocação" ao encerrar sua apresentação no congresso com um gráfico em que compara as evoluções do preço do aço no Brasil com a referência global, além da movimentação do petróleo tipo Brent e do câmbio.

"Com a demanda que nós temos, essa diferença de preço é um problema muito sério", disse, depois de afirmar que o consumo de aço da Petrobras - para construção de estruturas como plataformas, embarcações de apoio, sondas e tubos - deve ficar em 5,679 milhões de toneladas entre 2011 e 2015.

"O tamanho da nossa demanda é razoável. Não vamos afetar a capacidade dessa indústria pujante, mas somos um cliente que não pode ser desconsiderado", afirmou o presidente da estatal.

A importação de aço pela Transpetro, subsidiária da Petrobras, já foi motivo de vários embates com a siderúrgica brasileira, que defende o uso da produção interna.

Já os fabricantes mostraram-se muito preocupados com o excesso de aço no mundo e a concorrência internacional. Os empresários do setor siderúrgico brasileiro apresentaram ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, uma série de reivindicações para ampliar a produção e o consumo do produto no país.

Durante palestra no congresso, o diretor-presidente da Usiminas, Wilson Brumer, observou que, apesar do crescimento econômico dos últimos anos, o Brasil tem sérios problemas de competitividade.

Como exemplo, citou a guerra fiscal entre os Estados. "Isso inibe a produção local e permite que outros países entrem no Brasil sem passar pelas mesmas dificuldades que nós", afirmou Brumer ao lembrar que o país sofre com a burocracia, tem gargalos na infraestrutura, câmbio apreciado, juros altos e enormes encargos sociais.

Segundo o presidente da Usiminas, o Estado brasileiro deve trabalhar em conjunto com a iniciativa privada para promover ações que assegurem para toda a indústria condições isonômicas de competitividade.

O presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Mario Baptista Filho, acredita que a principal razão para o baixo consumo de aço no país está no fato de que a infraestrutura brasileira não consegue acompanhar o crescimento da economia.

O aumento da importação do produto, complementou, é apenas um efeito colateral da guerra fiscal. Para evitar uma maior perda de competitividade, Baptista Filho defendeu que o governo federal reforce os processos de defesa comercial e faça pesados investimentos em educação.

Apesar das dificuldades, o diretor executivo de marketing, vendas e estratégia da Vale, José Carlos Martins, está um pouco mais otimista e prevê um aumento da demanda pelo aço no Brasil e no exterior. Segundo ele, o mundo vive um processo significativo de urbanização que vai levar ao aumento da produção.

Mercado vê Selic a 12,25% em junho, mas diverge sobre ciclo

03/06/2011- Valor Econômico

Tesourarias e economistas fecham questão e projetam, em bloco, alta da taxa Selic em 0,25 ponto percentual pelo Copom na semana que vem. Todos os 33 economistas consultados pelo **Valor** trabalham com Selic de 12,25% em junho. Mas não há unanimidade quanto à evolução do ciclo de aperto monetário iniciado em janeiro e que deve puxar em 1,5 ponto percentual a taxa básica no primeiro semestre do ano.

Na BM&F, a curva de juro embute mais uma alta da Selic em julho, enquanto os economistas de bancos e consultorias estão divididos. Mas o ajuste já feito na Selic e os efeitos das medidas macroprudenciais ao longo do tempo sinalizam, para a maioria do mercado, que o fim do ciclo de alta do juro está próximo.

A maioria dos economistas -19 entre os 33 pesquisados - está afinada com as tesourarias e aponta Selic de 12,50% em dezembro. Parte dos analistas, porém, acredita no encerramento do ciclo de alta já na semana que vem. Alguns não descartam uma pausa, mas com posterior retomada do ciclo de alta no quarto trimestre, resultando em Selic de até 13,25% em dezembro. Essa escalada é associada à percepção de que as expectativas de inflação para 2012 seguem resistentes acima de 5% e que o Banco Central não vai abandonar o compromisso de fazer a convergência da inflação para a meta no ano que vem.

"Esperamos agora aumento de 0,25 ponto, considerando a última ata, onde o BC sugeriu que os ajustes das condições monetárias ocorreriam por tempo 'suficientemente longo'. Com essa indicação, não faria sentido o ciclo ser interrompido agora. Mas consideramos uma parada técnica em julho e agosto com retomada em outubro, quando já terá passado a combinação de sazonalidades que pode até levar a inflação à variação negativa em junho e muito baixa em julho e agosto", avalia Tatiana Pinheiro, economista do Santander, para quem a alta da inflação no último trimestre tende a mobilizar o Copom com foco em 2012. "As ações do BC devem ser condizentes com o discurso que vem indicando o compromisso de fazer a convergência da inflação", completa a economista que trabalha com Selic de 13% no fim do ano.

Com arrefecimento da atividade e metas fiscais cumpridas, ciclo de aperto pode ser encerrado em junho

O BNP Paribas, a Rosenberg Consultores Associados e a Tendências Consultoria trabalham com projeção de 13% em dezembro; e o Banif projeta 13,25%. Mauro Schneider, economista-chefe do Banif, pondera que no cenário básico a aplicação do gradualismo por um 'período suficientemente prolongado para garantir a convergência da inflação para meta em 2012' significa que a Selic provavelmente continuará a ser elevada em 0,25 ponto, Copom após Copom, passando por 13,25% no final de 2011 e chegando a 13,50% no início de 2012. "Esse cenário está relacionado à força do mercado de trabalho e ao risco de elevação generalizada dos salários", afirma.

Para Marcelo Gusmão Arnosti, gerente da divisão de macroeconomia da BB DTVM, para quem a Selic chegará a 12,75% até dezembro, o fraco resultado da produção industrial de abril, em queda de 2,1%, não alterou a perspectiva para a política monetária. Ele entende que os riscos inflacionários ao longo do segundo semestre são a persistência ainda relativamente elevada dos núcleos e índices de difusão; a reduzida ociosidade no mercado de trabalho com a possibilidade de que os custos salariais, já corrigidos pela produtividade, acelerem consideravelmente; e as expectativas de inflação ainda distantes das metas, limitando a melhora inflacionária mesmo sob a desaceleração do PIB.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, concorda com Arnosti e acrescenta entre os riscos inflacionários o peso das tarifas públicas que sofrerão os efeitos dos índices de preços no atacado que, em 12 meses, devem superar 10% até o final do ano.

O Bradesco integra o grupo majoritário de 19 instituições que espera Selic de 12,50% em dezembro. Octávio de Barros, diretor do departamento de pesquisas e estudos

econômicos da instituição, não tira a razão dos colegas que estão questionando o cumprimento da meta de inflação em 2012 pelo efeito salário mínimo e pelo impacto dos dissídios. "A preocupação é legítima. Porém eu não vejo porque isso não possa ser acomodado na meta de 4,5%. A economia está desacelerando e prevemos um PIB do segundo trimestre correndo a 0,8% em relação ao primeiro trimestre. Estamos também revisando para baixo o PIB de 2012 de 4,5% para 4%. O carry-over de 2011 para 2012 será baixo e isso explica nossa revisão para baixo do PIB do ano que vem. Com a economia desacelerando, o poder negocial dos sindicatos dificilmente será o mesmo no segundo semestre em relação ao que assistimos até aqui neste ano. Com dois aumentos de 0,25 ponto, com uma política fiscal cumprindo mais do que a meta genuína de R\$ 118 bilhões de primário e com o crédito crescendo entre 13% e 15% nesse ano, não me parece um grande desafio chegar no centro da meta em 2012. Não se pode descartar que, em um cenário frustrante, o aperto de juros peça mais rodadas de 0,25%. Mas esse não é o cenário base do Bradesco."

Fábio Akira, economista-chefe do J.P. Morgan, está na mesma corrente e atento às pressões salariais. Em contrapartida, afirma o economista, o cenário externo - que vem sendo enfatizado pelo Copom - deverá continuar no centro das atenções, principalmente se a fraqueza da economia americana levar o Federal Reserve a anunciar a terceira rodada de afrouxamento monetário, com mais impulso às commodities e aumento do fluxo de dólar para emergentes e Brasil.

Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores também vê Selic a 12,50% em dezembro. Ele pondera que a economia rodará cerca de três meses com alívio da inflação para além da sazonalidade típica do período, graças à descompressão de combustíveis e alimentação. E acrescenta que alguns itens menos voláteis também surpreendem para baixo. José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, relata que os riscos para a inflação são os de sempre: velocidade de desaceleração da economia e do crédito, eventuais pressões no mercado de trabalho e commodities. "A parte fiscal vai indo muito bem, mas ainda há desconfiança, principalmente se o tal mercado fizer a associação altamente questionável entre [o ministro da Casa Civil] Antonio Palocci e racionalidade econômica", comenta Gonçalves.

Felipe Tâmega, economista-chefe do Modal, está no grupo de quatro instituições que espera para a semana que vem a última alta da Selic em 2011. Ele pondera que o cenário é de desaceleração econômica. "Acreditamos que as metas fiscais estão sendo entregues e o crédito está se desacelerando. Com a inflação baixando e a atividade dando sinais cada vez mais claros de desaceleração, não haverá muito porque não parar o ciclo de juros muito em breve."

Justiça aceita encontro de contas com precatórios

03/06/2011- Valor Econômico

Empresas que ganharam recentemente ações contra a União já começaram a enfrentar o chamado encontro de contas previsto na Emenda Constitucional (EC) nº 62, de 2009. Antes que seja expedido um novo precatório, juízes da execução têm pedido à Fazenda Nacional que se manifeste sobre a existência de eventuais dívidas tributárias federais ou até valores a vencer de parcelamentos existentes em nome da empresa, que poderão ser abatidos dos valores devidos. Há decisões nesse sentido no sul do país e no Distrito Federal.

A prática, no entanto, ainda não é empregada em larga escala. Mas esse cenário deve mudar com a aprovação, na quarta-feira, da Medida Provisória (MP) nº 517, de 2010, pelo Senado. A norma regulamentou o mecanismo. A MP traz 15 artigos sobre precatórios e detalha as compensações (leia ao lado). Para ser convertida em lei, a MP depende ainda da sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Entre os casos em que houve a solicitação de informações à Fazenda está o processo de uma universidade no Rio Grande do Sul. A juíza federal substituta Marta Siqueira da Cunha, da 1ª Vara Federal de Pelotas, baseou-se na Emenda nº 62 e na Orientação Normativa nº 4 do Conselho da Justiça Federal (CNJ), para intimar a União a manifestar-se sobre a existência de débitos que sofreriam o abatimento. A magistrada concedeu prazo de dez dias e determinou que na ausência de oposição, que se requisite o pagamento de precatórios. Como a União não apontou os débitos, o título deve ser expedido.

A Vara Federal Ambiental de Curitiba também intimou a União antes de emitir um precatório a favor de um laboratório especializado em diagnóstico por imagem, mas ainda não obteve retorno do pedido. Em um outro caso, que envolve uma clínica médica e corre na 14ª Vara Federal de Brasília, a União, após ser intimada, apontou débitos para fazer compensação. Como não discriminou os códigos da receita necessários ao encontro de contas, o precatório não pôde ser emitido.

Segundo a advogada Luiza Perez, do Advocacia Ulisses Jung, que defende as empresas, a demora na manifestação nos processos pode inviabilizar a expedição dos precatórios no prazo constitucional. Isso porque o artigo 100 da Constituição prevê que os títulos apresentados até 1º de julho devem ser pagos no ano seguinte. Para ela, é "evidente o prejuízo do contribuinte", no caso da clínica médica, por exemplo, "que concordou com a compensação justamente para viabilizar o recebimento do precatório em 2012". Prazo que pode se perder pela demora.

Como o parágrafo 9º, do artigo 1º da Emenda 62 é claro ao estipular que o encontro de contas pode ocorrer, independentemente de regulamentação, a advogada afirma que alguns juízes já têm se valido do dispositivo nos processos. Para ela, a aprovação da MP deve potencializar a prática. "Essa possibilidade, no entanto, é absurda, porque é como se houvesse uma execução fiscal administrativa sem o direito de se defender", diz Luiza.

No entanto, não são todos os magistrados que concordam com o procedimento. Em uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (São Paulo), de janeiro, o desembargador Fábio Prieto, entendeu que ainda que uma emenda constitucional possa promover esse encontro de contas, não poderia ser eficaz contra parcelamentos em curso. De acordo com a decisão, a formalização de um parcelamento constitui um "ato jurídico perfeito", ou seja, não poderia ser modificado, nem mesmo por uma emenda constitucional posterior. Dessa forma, não autorizou a compensação de valores a vencer de um parcelamento de uma distribuidora de veículos com os valores de um precatório a ser expedido.

Para o vice-presidente da Comissão de Dívida Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, Marco Antonio Innocenti, a argumentação acolhida pelo desembargador, para derrubar a compensação de parcelas a vencer, também é uma das utilizadas na ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela OAB contra a Emenda nº 62, que alterou a forma de pagamentos dos precatórios. Já são quatro Adins que questionam a emenda. A expectativa é que o assunto passe a ser analisado no dia 15 deste mês. Isso porque, o relator, ministro Ayres Britto, já pediu a inclusão da matéria na pauta da Corte. No início do ano, o Supremo suspendeu cautelarmente

a Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que valeu até 2009, quando foi editada a Emenda nº 62.

Pimentel discute com industriais propostas para a nova política de competitividade

03/06/2011- Agência CNI

São Paulo - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, discute com dirigentes da indústria, na noite desta quinta-feira, 2 de junho, a incorporação das propostas do setor à Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC), segunda versão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em fase final de elaboração.

A reunião ocorrerá a partir das 20h00, durante o encontro do Fórum Nacional da Indústria, no escritório da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) em São Paulo, na Vila Olímpia. O Fórum, órgão consultivo da diretoria da CNI, reúne, a cada dois meses, dirigentes das associações nacionais setoriais e das federações de indústrias para debater as ações do segmento.

Entre cerca de 90 sugestões apresentadas pela indústria à PDC, está a desoneração dos investimentos, pela utilização imediata dos créditos de ICMS, PIS/Pasep e Cofins nas compras de bens de capital. A indústria quer, também, ampliar os prazos de carência e de amortização dos financiamentos do BNDES na expansão de cadeias produtivas e transferir à iniciativa privada, por meio de concessões, a gestão dos portos públicos.

Governo não afrouxa controle de peças importadas

03/06/2011- Newsletter Automotive

O governo brasileiro continua vigiando o ingresso no País de componentes automotivos para garantir que eles obedeçam aos padrões de qualidade e conformidade estabelecidos pelo Inmetro. Foi o que assegurou a Automotive Business o superintendente do Instituto da Qualidade Automotiva, Mario Guitti, na quinta-feira, 2, na sede da entidade. Ele desmente, assim, notícias sobre um afrouxamento no controle alfandegário em razão da falta de pessoal e aparelhamento para a verificação da conformidade dos produtos estrangeiros, cuja certificação tornou-se obrigatória.

“Há um esforço crescente do Inmetro, com o apoio de entidades como o IAQ e Sindipeças, para estabelecer as exigências de qualidade para fabricação e comercialização de produtos automotivos”, afirmou. Esse trabalho levou à exigência de certificação de componentes vindos da Ásia, especialmente aqueles relacionados a segurança veicular. “O governo não pretende esmorecer. Isso foi enfatizado pelo ministro Fernando Pimentel depois de saber das notícias publicadas nos jornais”, disse Guitti.

“Sem normas não é possível impedir a verdadeira invasão de produtos de origem e qualidade duvidosa que tem como destino o mercado de reposição”, adverte o especialista. “As normas são o ponto de partida para se exigir a certificação desses produtos antes que cheguem ao ponto de venda”.

Um dos instrumentos para filtrar o ingresso de artigos estrangeiros é o Regulamento de Avaliação de Conformidade. “A relação de produtos ainda não é completa e precisamos trabalhar muito para incluir a maioria absoluta dos itens de segurança”, admite o superintendente do IQA.

IR - Fonte - Vence hoje, 3/6, o imposto retido no 3º decêndio de maio

03/06/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no 3º decêndio de maio/2011, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até hoje, dia 3/6.

Legislação Comercial - Comissão aprova nova forma de constituição para empresa individual

03/06/2011- Notas COAD

Projeto da Câmara que institui na legislação brasileira a modalidade de "empresa individual de responsabilidade limitada" foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, por unanimidade e deverá ir a sanção. Essa nova modalidade de pessoa jurídica permite ao pequeno empreendedor explorar atividade empresarial individualmente, sem colocar em risco seus bens particulares.

Segundo comentou o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a atual responsabilização ilimitada do empresário torna seu patrimônio pessoal sujeito à cobertura de obrigações relacionadas a sua atividade econômica. Isso afeta sua disposição em correr riscos, argumentou em seguida, levando-o a obter menos empréstimos, realizar menos investimentos, contratar menos empregados e exigir maior remuneração para o seu capital, o que encarece o produto colocado no mercado.

A proposta (PLC 18/11), de autoria do deputado Marcos Montes (DEM-MG), altera o Código Civil (Lei 10.406/02) para incluir a empresa individual de responsabilidade limitada entre as entidades de direito privado. De acordo com o texto, esta nova modalidade de pessoa jurídica será constituída por apenas um titular e apenas o patrimônio da empresa constituirá seu capital social, correspondente, no mínimo, a cem vezes o valor do salário mínimo em vigor no país.

Conforme o projeto, somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da mesma, não se confundindo com o patrimônio pessoal de seu titular. Para o relator, a proposta deveria ser conhecida como "antilaranja", por dar segurança jurídica a empreendedores individuais, que hoje são obrigados a registrar "sócios fictícios" apenas para cumprir exigências legais.

Na discussão da proposta, o senador José Pimentel (PT-CE) ressaltou que a medida irá retirar da informalidade inúmeros empreendedores individuais. A nova modalidade de pessoa jurídica também foi saudada, entre outros, pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO), Jorge Viana (PT - AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Agência Senado

Direito do Trabalho - Supressão de horas extras: TST aplica nova redação da Súmula 291

03/06/2011- Notas COAD

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu sentença que condenou a Celesc Distribuição S/A a pagar indenização a um técnico industrial que teve horas extras suprimidas depois de cinco anos prestando-as habitualmente. O julgamento foi proferido com base na nova redação da Súmula nº 291 do TST, alterada pela Corte na semana passada. A nova redação da Súmula prevê que a supressão total ou parcial, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas (total ou parcialmente) para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

Admitido como técnico industrial em outubro de 1976, o empregado foi lotado no Departamento de Engenharia e Planejamento do Sistema Elétrico da Celesc. Desde o início de 2002 passou realizar horas extras todos os meses, situação que persistiu até outubro de 2007.

Para o cálculo dessas horas, a empresa utilizava o divisor 220, embora, de acordo com preceito legal, devesse utilizar o divisor 200. Isso, porque a jornada de trabalho do técnico era de oito horas diárias de segunda a sexta-feira. Dispensado do trabalho aos sábados, sua jornada foi reduzida de 44 para 40 horas semanais – ou seja, a redução da carga semanal com a supressão do trabalho aos sábados resultou na elevação do salário-hora, alterando, como consequência, o divisor.

A partir de outubro de 2008, a Celesc adotou a jurisprudência pacificada nos Tribunais e estabeleceu cláusula no acordo coletivo adotando o divisor 200 para o cálculo do valor hora normal. Diante disso, o técnico pleiteou o pagamento das diferenças de horas extras e seus reflexos de janeiro de 2002 a outubro de 2010.

Seus pedidos foram deferidos pela 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, que determinou à Celesc o pagamento das diferenças de horas extras do período

imprescrito até outubro de 2010 e reflexos nas demais verbas. A Vara determinou, ainda, o pagamento de indenização igual a duas vezes a média mensal de horas suprimidas.

A Celesc requereu ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (12ª Região) a reforma da sentença quanto à adoção do divisor 200. Alegou que a dispensa do trabalho aos sábados foi "mera liberalidade" de sua parte. O Regional acolheu o recurso e excluiu da condenação a indenização referente à supressão das horas extras, por entender que a redução ou minoração do trabalho extraordinário estaria "na esfera discricionária do empregador".

Indicando contrariedade à Súmula nº 291, o técnico apelou ao TST. Ao analisar o recurso, o ministro Guilherme Caputo Bastos, relator na Turma, observou que a nova jurisprudência da Corte é a de que "a supressão, pelo empregador, das horas extras prestadas com habitualidade, por pelo menos um ano, assegura ao empregado direito à indenização calculada na Súmula nº 291". O ministro afirmou, também, que o fato de a Celesc integrar a administração pública indireta não impede o pagamento da indenização, como alegava a empresa.

FONTE: TST

Tribunal - Turmas começam a utilizar nova jurisprudência aprovada pelo TST

03/06/2011- Notas COAD

As oito Turmas do Tribunal Superior do Trabalho começaram a aplicar a nova jurisprudência aprovada pelo Tribunal Pleno da Corte no dia 24 de maio último. Na sessão desta semana da Terceira Turma, na quarta-feira (01), o ministro Horácio de Senna Pires utilizou a nova redação da súmula 331 para excluir a responsabilidade subsidiária da Petrobras Petróleo Brasileiro S. A. em processo movido por empregado de uma prestadora de serviço.

Na decisão, a Turma modificou julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN) que condenou subsidiariamente a Petrobras a pagar os direitos trabalhistas de um empregado da Servimec Engenharia e Manutenção Industrial Ltda. Senna Pires, relator do processo, afastou a responsabilidade da empresa com base no item V da súmula modificada pelo Órgão Especial.

O ministro destacou que, na nova redação, ficou assentado que os entes da administração pública direta e indireta serão subsidiariamente responsáveis caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações). Como no processo o quadro fático apresentado pelo Tribunal Regional não permitiu concluir pela ausência de fiscalização pela Petrobras do cumprimento das obrigações contratuais e legais pela prestadora de serviço como empregadora, o ministro excluiu a estatal da condenação.

A redação anterior da Súmula foi utilizada pelo Tribunal Regional para condenar a Petrobras. Para o TRT, a matéria encontrava-se pacificada pelo TST no item IV, que, na ocasião, previa "a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviço

pelo eventual inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador".

Processo: [RR - 82500-08.2008.5.21.0011](#)

FONTE: TST

CPF - Receita Federal deixa de emitir cartão CPF em formato plástico

03/06/2011- Notas COAD

A Receita Federal do Brasil (RFB), a partir de 6/6/2011, deixará de emitir o cartão CPF em formato plástico, e passará a emitir, somente, o Comprovante de Inscrição no CPF - documento gerado no ato do atendimento realizado pelas entidades conveniadas à RFB (Banco do Brasil, Correios e Caixa Econômica Federal) ou impresso a partir da página da Receita Federal na Internet.

Órgãos públicos e pessoas jurídicas em geral NÃO devem solicitar ao cidadão a apresentação do cartão CPF em formato plástico para efeito de comprovar a sua inscrição no cadastro CPF.

A comprovação de inscrição no CPF pode ser feita por intermédio da apresentação dos seguintes documentos:

- 1) Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), carteira de identidade profissional, carteiras funcionais emitidas por órgãos públicos, cartão magnético de movimentação de conta-corrente bancária, talonário de cheque bancário e outros documentos de acesso a serviços de saúde pública de assistência social ou a serviços previdenciários, desde que conste neles, o número de inscrição no CPF;
- 2) Comprovante de Inscrição no CPF emitido pelas entidades conveniadas à Receita Federal (Banco do Brasil, Correios e Caixa Econômica Federal);
- 3) Comprovante de Inscrição no CPF impresso a partir da página da Receita Federal na Internet;
- 4) Outros modelos de cartão CPF emitidos de acordo com a legislação vigente à época.

O cidadão pode ainda imprimir a 2ª via de seu Comprovante de Inscrição no CPF por intermédio da página da RFB na Internet, quantas vezes forem necessárias, sem ônus; e a autenticidade desse documento pode ser checada por qualquer pessoa via Internet também.

RFB

Poder Judiciário - Percepção: ricos consideram a Justiça mais rápida, indica pesquisa

03/06/2011- Notas COAD

Os cidadãos mais ricos são os que consideram a Justiça mais rápida, de acordo com a segunda parte de estudo que reúne indicadores de percepção social em relação à Justiça, divulgado nesta terça-feira (31) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em uma escala de 0 a 4, em que 4 significa a melhor colocação, os cidadãos que ganham mais de 20 salários mínimos deram a maior nota no quesito rapidez: 1,96.

Apesar de estar longe de um desempenho satisfatório, essa é a melhor nota obtida em relação a todos os quesitos analisados pela pesquisa – rapidez, acesso, custo, decisões justas, honestidade e imparcialidade. Os itens tiveram classificação entre mal (1) e regular (2) em todos os recortes sociodemográficos do estudo. “Esses achados confirmam a conclusão de que a população brasileira apresenta uma avaliação bastante crítica e generalizada sobre a Justiça”, destaca o estudo.

Quando se consideram todos os quesitos sociodemográficos, no entanto, o tema rapidez obtém a pior classificação de todas as variáveis da pesquisa. Cidadãos com formação superior incompleta, completa ou com pós-graduação acham que a Justiça brasileira está mal (1,01) nesse quesito.

Os cidadãos com mais de 65 anos têm as avaliações mais otimistas em quesitos éticos, como a honestidade e a imparcialidade. Eles deram as notas mais altas nesses dois itens: 1,39 e 1,41, respectivamente. A pior avaliação para honestidade (1,05) partiu dos cidadãos com renda de 5 a 10 salários mínimos. Os mais pessimistas em relação à imparcialidade são aqueles com ensino médio completo ou incompleto (1,08).

Os cidadãos que mais sentem os custos da Justiça são os negros, que deram a pior nota nesse quesito (1,32). Já os moradores da Região Sul são os que menos se incomodam com esse fator (nota 1,55).

Apesar de o Sudeste concentrar um maior número de varas judiciais, os cidadãos dessa região são os mais críticos no quesito acesso à Justiça (nota 1,38). Já na Região Norte, onde a quantidade de varas por área é muito menor, os cidadãos são os mais otimistas em relação ao acesso (nota 1,66).

Os orientais são os mais conformados com o teor das decisões judiciais. Eles deram a maior nota no quesito decisões justas: 1,76. A pior nota (1,53) foi dada por três segmentos: cidadãos do Sudeste; brasileiros que ganham de 5 a 10 salários mínimos; e os que ganham mais de 20 salários mínimos.

FONTE: Jornal do Comercio